

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS E SUAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO¹

Juliana de Lucena Ruas Riani (Pesquisadora da Fundação João Pinheiro)

Karina Rabelo Leite Marinho (Pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro)

Mirela Castro Santos Camargos (Pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro)

Nícia Raies Moreira de Souza (Pesquisadora da Fundação João Pinheiro)

Resumo:

Esse trabalho descreve os lugares ocupados por homens e mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais e suas regiões de planejamento, considerando aspectos como taxa de atividade, tipo de ocupação, trabalho informal, rendimento do trabalho e tempo gasto em trabalho produtivo e reprodutivo. Como fonte de dados, utiliza-se a Pesquisa por Amostra de Domicílio de Minas Gerais de 2011. Tais análises permitem compreender os diferentes papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, tanto em relação à inserção ao mundo do trabalho, como também em relação a posição ocupacional e desigualdade de rendimento.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Desigualdade; Gênero, Regiões de Planejamento

Área temática: Políticas Públicas

¹ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS E SUAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

Juliana de Lucena Ruas Riani*
Karina Rabelo Leite Marinho*
Mirela Castro Santos Camargos*
Nícia Raies Moreira de Souza*

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, tema relevante devido às expressivas desigualdades geradas pela forma diferenciada vivenciadas no âmbito das atividades produtivas. A dinâmica do mercado de trabalho não é a mesma entre os sexos. Por questões principalmente culturais, as mulheres apresentam maiores desvantagens em relação à sua inserção na esfera produtiva, uma vez que ocupam espaços diferenciados no mercado de trabalho e auferem rendimentos expressivamente mais baixos.

A inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho é um dos fatores mais importantes para sua emancipação econômica, e, como corolário, para sua emancipação social. Por isso, neste processo de constituição de maiores padrões de igualdade entre os sexos, é central a intensidade do crescimento da atividade feminina. A População Economicamente Ativa feminina observou incrementos consideráveis no Brasil. Sua taxa de atividade aumentou de 47% para 53% entre 1993 e 2005 (BRUSCHINI, 2007). São diversas as causas dessa participação feminina maior no mercado de trabalho ao longo do tempo. Entre elas, a queda de fecundidade, particularmente em cidades e regiões mais desenvolvidas do país, a diminuição do tamanho das famílias, o incremento da expectativa de vida e o conseqüente envelhecimento da população, além do importante crescimento no número de domicílios chefiados por mulheres a partir da década de 1980 (BRUSCHINI, 2007). Ao mesmo tempo, o incremento nos níveis de escolarização tornou possível o acesso de mulheres a diferentes oportunidades de trabalho, aquelas dotadas de maior status social.

A despeito desse cenário, diversas questões permanecem permeando os modos como se dá a participação feminina no mundo laboral. As mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com crianças. Diante do aumento da participação feminina nos mercados econômicos, isso configura a necessidade de se conciliar atividades produtivas e atividades reprodutivas (relativas à família). Além disso, persistem as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres. Elas são oriundas, entre outros fatores, das distinções entre os sexos na distribuição entre as diferentes ocupações, dotadas de status desiguais, além dos modos de ocupação de cargos de chefia ou de gerência, ainda predominantemente masculinos. No âmbito dessa distribuição, por exemplo, também persiste como eminentemente feminino o emprego doméstico remunerado, situação laboral com frequentes desvantagens econômicas e baixa incidência de formalização.

Outra questão importante é como ocorrem as relações de gênero no mercado de trabalho considerando as diferentes regiões de planejamento de Minas Gerais. Como é

*Pesquisadoras da Fundação João Pinheiro – Minas Gerais.

sabido, Minas Gerais se caracteriza por uma heterogeneidade socioeconômica e cultural que podem afetar a forma como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho.

É diante desse panorama que discutir a relação entre gênero e trabalho é importante para delinear políticas públicas que se desenvolvam no contexto do mercado laboral. Isso porque, longe de se tratar de um tema já pacífico, a convivência de avanços e permanências de relações mais tradicionais faz com que ainda existam conflitos importantes no que concerne à relação de gênero no contexto do desempenho das atividades produtivas.

Dentro desse contexto, esse trabalho investiga as diferenças de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais, suas regiões de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), considerando aspectos como taxa de atividade, tipo de ocupação, trabalho formal e informal, rendimento do trabalho e tempo gasto em trabalho produtivo e reprodutivo. Esses aspectos também serão analisados considerando algumas características pessoais e demográficas como idade, escolaridade, número de filhos, estado civil e arranjo domiciliar. Como base de dados, foi utilizada a Pesquisa por Amostra de Domicílio de Minas Gerais (PAD-MG) de 2011 que alcançou aproximadamente 18 mil domicílios em 1200 setores censitários e em 428 municípios². A PAD-MG é um importante instrumento de análise, pois além da sua abrangência geográfica, uma vez que ela permite desagregar as informações por região de planejamento, mesorregião e situação do domicílio (rural e urbano), a pesquisa possui uma gama de informações capazes de caracterizar as populações de interesse e, dessa forma, explorar a dinâmica do mercado de trabalho de Minas Gerais numa perspectiva de gênero.

Este artigo é composto por três seções além dessa introdução. Na segunda seção é analisada a taxa de atividade da população mineira e algumas de suas características, considerando sempre as diferenças e semelhanças numa ótica de gênero. Na terceira seção, é discutida a forma diferenciada com que homens e mulheres mineiros se inserem nas diferentes ocupações. Entre outras informações, destaca-se a predominância das mulheres entre os trabalhadores domésticos remunerados. Ainda nesta seção, é tratado o tema relativo ao trabalho informal, definido a partir de atividades econômicas não norteadas por disposições formais, sem aplicação prática da legislação vigente, sobretudo a legislação trabalhista, a despeito do fato de a expressão “trabalho informal” abrigar uma pluralidade considerável de situações concretas. Finalmente, a quarta seção deste artigo apresenta informações a respeito do tempo médio semanal gasto pela população feminina e masculina em afazeres domésticos não remunerados.

2. CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E GÊNERO

A participação da mulher no mercado de trabalho apresentou aumento nas últimas décadas (BRUSCHINI, 2007), consequência principalmente da queda da taxa de fecundidade, do envelhecimento da população, do aumento de domicílios uniparentais, do aumento da chefia feminina e do acréscimo das escolaridades das mulheres, que aumenta as recompensas econômicas e não econômicas associadas ao emprego.

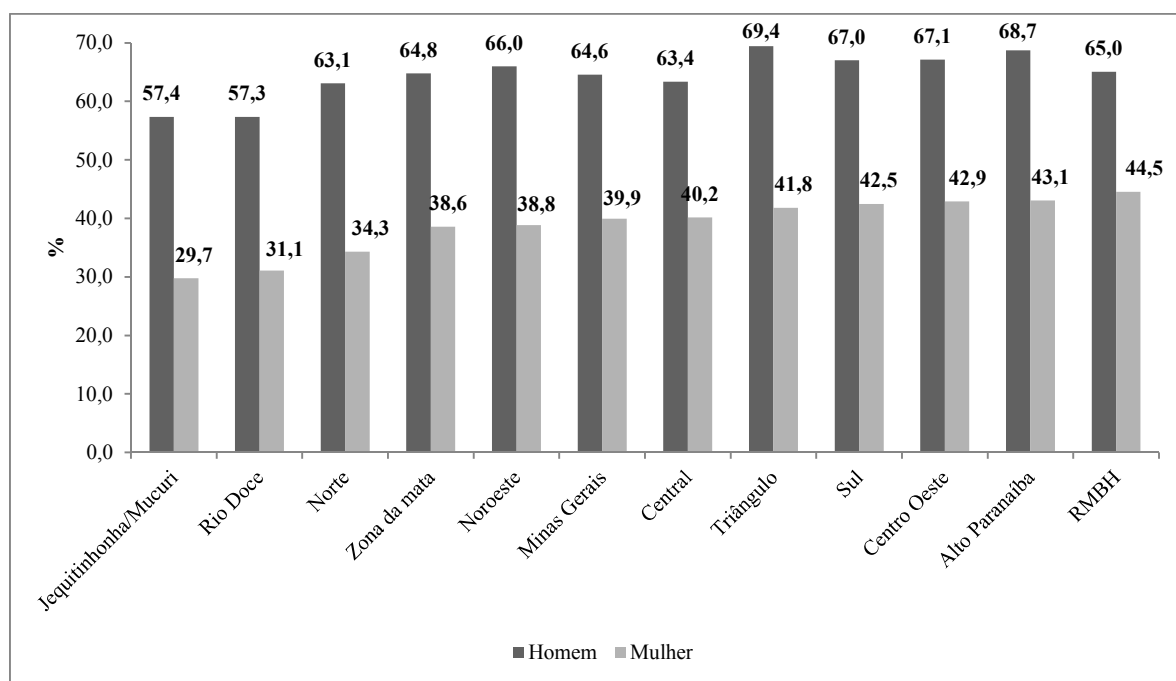
² Para maiores detalhes metodológicos, ver FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2011. Indicadores básicos/Documento metodológico, Ano 1, n.3, Jun. 2012.

Apesar desse crescimento, a taxa de atividade³ feminina ainda é bem menor que a dos homens, conforme pode ser observado no gráfico 1. Em Minas Gerais, em 2011, enquanto 64,6% dos homens acima de dez anos de idade participavam da força de trabalho, para as mulheres esse percentual era bem mais baixo: 39,9%.

A menor participação da mulher na força de trabalho se constitui em uma das formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho (DEGRAFF e ANKER, 2004) e pode ser explicada pelos diferentes papéis sociais que tradicionalmente são atribuídos a homens e mulheres. Para elas, cabe o cuidado dos filhos e do lar, para eles, ser o provedor desse lar.

As taxas de atividade, tanto femininas quanto masculinas, são diferentes espacialmente. Considerando as diferentes regiões de planejamento, observa-se que há uma diferença na taxa de atividade para ambos os sexos, porém mais acentuada para as mulheres. As regiões Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce e Norte são as que apresentam as taxas de atividade mais baixas tanto para homens quanto para mulheres (gráfico 1). Essas regiões são as menos dinâmicas do estado, o que se reflete, portanto, na inserção da população na força de trabalho.

Gráfico 1 – Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)⁽¹⁾ – Minas Gerais – 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)
 Nota: (1) A RMBH não foi considerada na região Central.

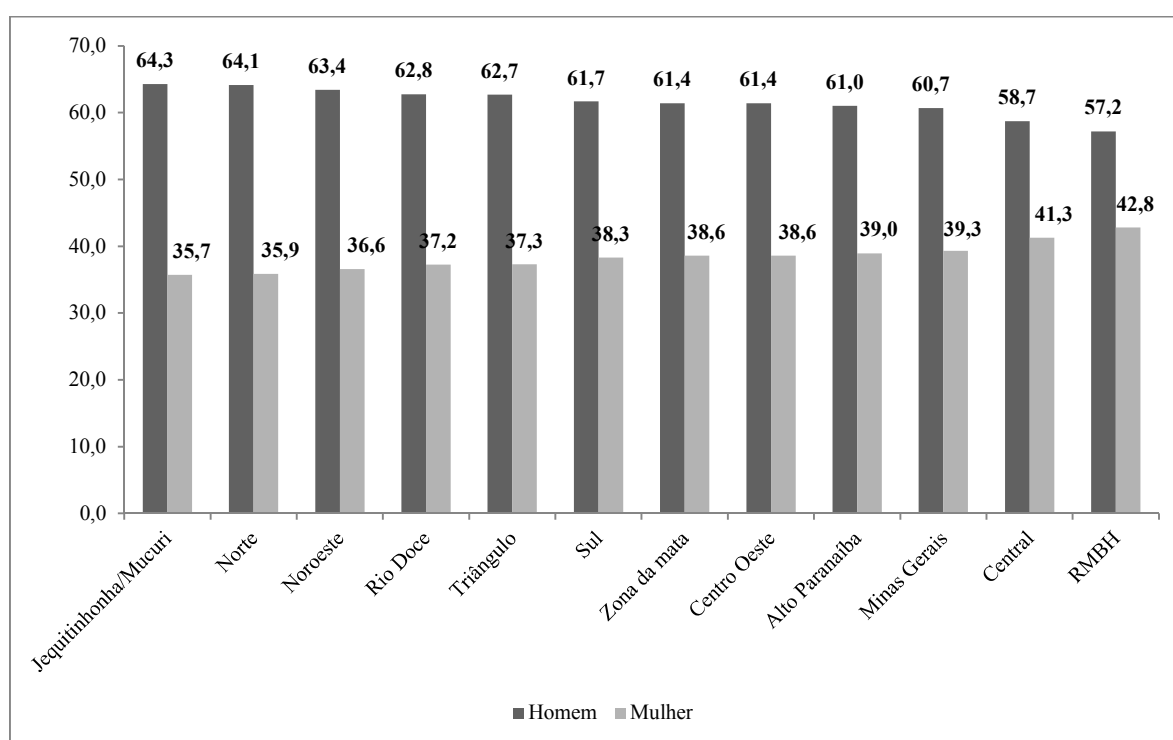
A dinâmica econômica de cada região afeta seu grau de atividade. Fatores relacionados com o tipo de atividade de cada local e com as relações de gênero podem afetar de forma diferenciada, porém, a participação masculina e a feminina no mercado de trabalho. O gráfico 2 mostra a porcentagem de homens e mulheres na PEA para as regiões de planejamento. Observa-se que há diferença na participação da força de trabalho entre os sexos em todas as regiões. Em algumas, entretanto, ela é mais

³ A taxa de atividade é a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA).

acentuada. Assim, enquanto no Jequitinhonha/Mucuri as mulheres representam apenas 35,7% das pessoas ativas, a diferença entre homens e mulheres cai muito na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), de tal forma que as mulheres passam a representar 42,8% da PEA.

De modo geral, nas regiões com maior dinamismo, maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, é maior a porcentagem de mulheres na PEA. O inverso ocorre para as menos dinâmicas. Vários fatores podem contribuir para essa configuração: a estrutura familiar, a taxa de fecundidade e o tipo de atividade de cada região. Regiões com caráter mais rural⁴, maior taxa de fecundidade e um forte modelo patriarcal possuem participação menor das mulheres na força de trabalho.

Gráfico 2 – Distribuição de mulheres e homens com dez anos ou mais de idade na População Economicamente Ativa (PEA) por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – Minas Gerais – 2011



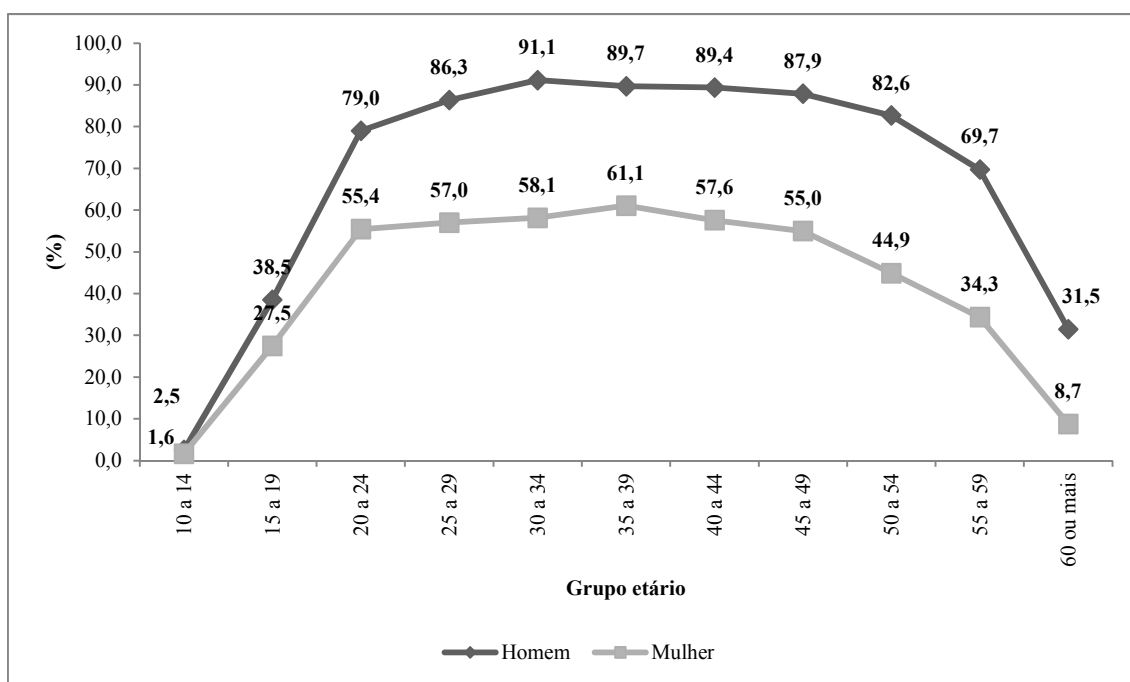
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Aspectos relacionados à estrutura familiar também afetam a participação das mulheres na força de trabalho, além de características pessoais de sua inserção no mercado de trabalho, como idade e escolaridade (BRUSCHINI, 2000). Dessa forma, número de filhos, principalmente com idade menor, renda familiar, posição da mulher na família e estado conjugal são fatores que devem ser considerados ao se estudar o mercado de trabalho numa perspectiva de gênero (RIOS-NETO, 1995 apud LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991). Assim, será analisada a taxa de atividade feminina e masculina considerando algumas características individuais e demográficas para entender as principais diferenças no mercado de trabalho no que tange às relações de gênero.

⁴ A taxa de atividade feminina na área rural é bem menor que na área urbana, 26,0% contra 42,1%.

O nível de atividade por grupos etários (gráfico 3) indica o comportamento da força de trabalho durante o ciclo de vida. Como é de se esperar, as maiores taxas de atividade ocorrem nas idades entre 20 e 49 anos para ambos os sexos. A taxa de atividade masculina é maior que a feminina em todas as faixas etárias. A diferença é bem mais acentuada, todavia, nas faixas etárias consideradas mais produtivas. Observa-se também que o pico da taxa de atividade para as mulheres ocorre entre 35 e 39 anos. Para os homens, na faixa etária um pouco mais baixa (30 a 34 anos).

Gráfico 3 – Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e grupo etário – Minas Gerais – 2011

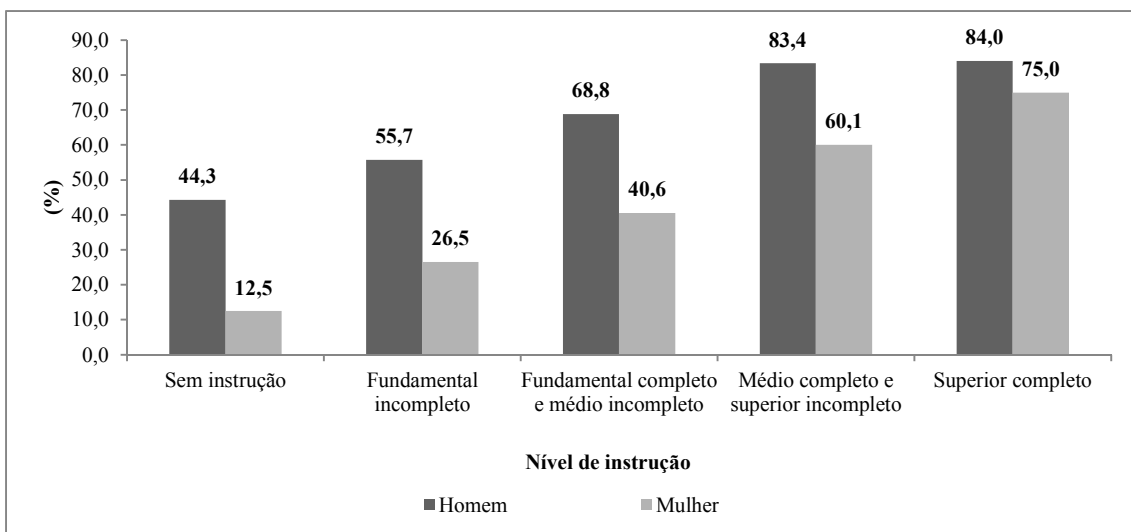


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A escolaridade da população é um fator importante que deve ser levado em consideração quando se analisa o mercado de trabalho. O nível de instrução não apenas garante a obtenção de emprego, mas, melhores condições e salários (BORJAS, 1996; LAM; 1999). Nesse quesito, há uma pequena diferença entre os sexos, favorável às mulheres: a escolaridade média da população feminina com dez anos ou mais, em Minas Gerais e em 2011, é um pouco maior que a dos homens, 7,1 contra 6,7 anos de estudo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

Ao se analisarem as desigualdades na participação do mercado de trabalho entre os sexos por grupo de escolaridade (gráfico 4), observa-se a maior dificuldade de inserção das mulheres com níveis mais baixos de instrução. A taxa de atividade de ambos os sexos aumenta com a escolaridade, mas o crescimento é maior para a população feminina. Dessa forma, a diferença no nível de atividade entre os sexos diminui com o aumento da escolaridade. Essa diminuição é bastante expressiva. Entre as mulheres sem instrução, apenas 12,5% encontram-se na força de trabalho. Para os homens, esse valor é de 44,3%. Por outro lado, entre as mulheres com curso superior completo, 75% delas encontram-se na força de trabalho. No caso dos homens, esse percentual é de 84%.

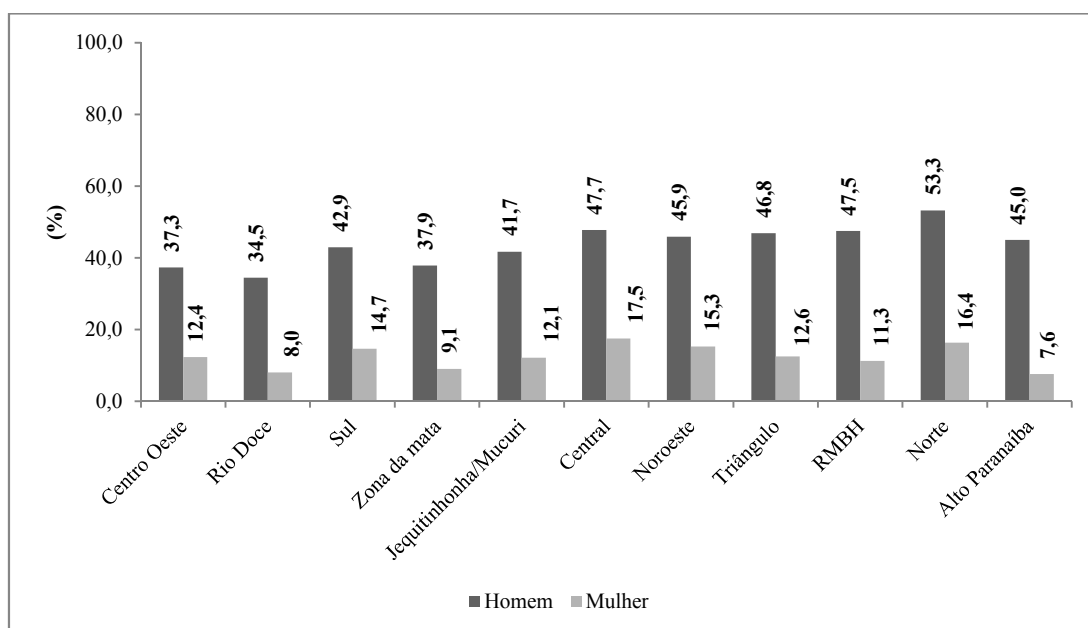
Gráfico 4 – Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

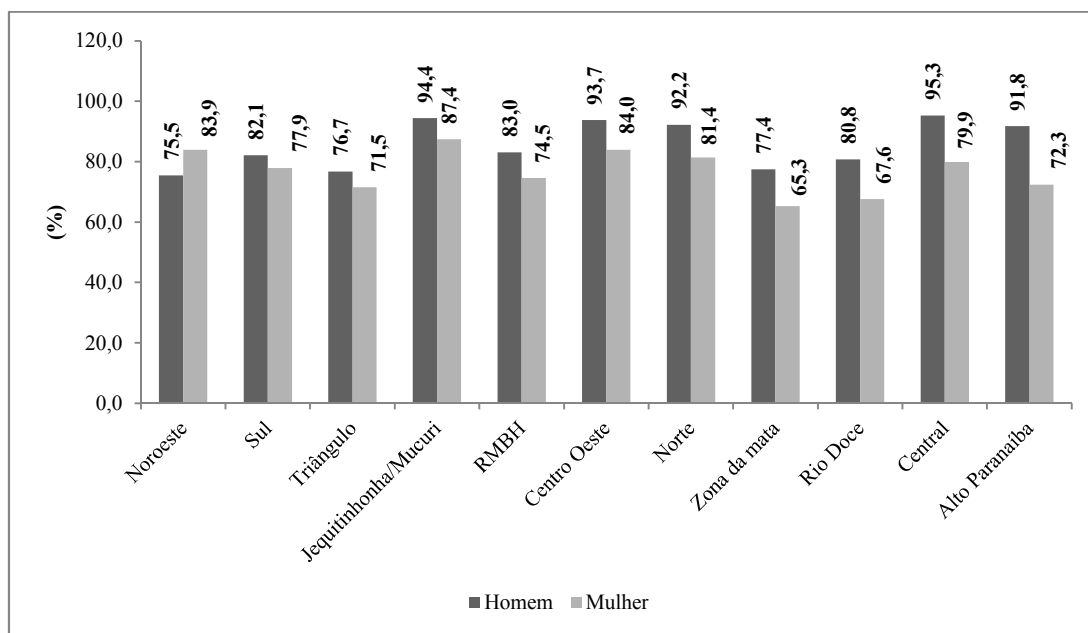
Esse comportamento da taxa de atividade por nível de ensino para homens e mulheres ocorre em todas as regiões de planejamento. No caso dos indivíduos sem instrução (gráfico 5), as maiores diferenças são encontradas no Alto Paranaíba, Norte e RMBH. No caso das pessoas com superior completo (gráfico 6), as diferenças diminuem em todas as regiões, inclusive se inverte na região Noroeste . Destaca-se também o Alto Paranaíba que também apresenta a maior discrepância na taxa de atividade entre os sexos para esse nível de ensino.

Gráfico 5 - Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade sem instrução por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Gráfico 6 - Taxa de atividade das pessoas com dez anos ou mais de idade com superior completo por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

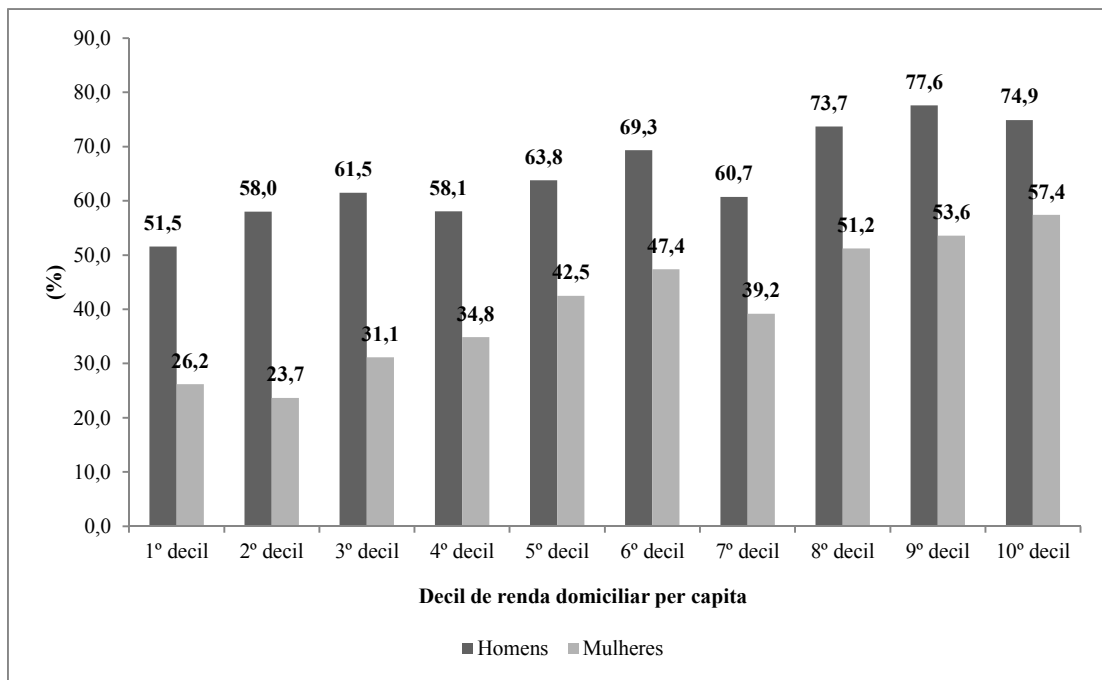


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A taxa de atividade maior para as mulheres mais instruídas ocorre “[...] não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir a sua saída do lar” (BRUSCHINI, C, 2000, pp. 21-22). Pode-se dizer, portanto, que, devido ao papel socialmente atribuído de cuidadora dos filhos e da manutenção doméstica, somada à falta de uma rede de apoio pública satisfatória para as crianças (provisão de creches e escolas em tempo integral), as mulheres menos escolarizadas, com retorno salarial menor, de modo geral, são forçadas a se retirar da força de trabalho.

O gráfico 7 apresenta a taxa de atividade de homens e mulheres segundo o decil de renda *per capita* domiciliar e confirma essa situação. Nos domicílios mais pobres, situados nos primeiros decis de renda, a taxa de atividade é menor para ambos os sexos, mas é bem menor para as mulheres. À medida que se caminha para os domicílios mais ricos, decis superiores, diminui a diferença na taxa de atividade entre homens e mulheres.

Gráfico 7 - Taxa de atividade das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e decil de renda domiciliar *per capita* - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Outras características individuais e demográficas afetam a taxa de atividade tanto masculina quanto feminina. A tabela 1 apresenta a taxa de atividade por características demográficas selecionadas levando-se em conta dois cortes etários: população de dez anos ou mais de idade e população de 20 a 59 anos. As variáveis consideradas são aquelas citadas na literatura especializada como determinantes da participação, principalmente da mulher, no mercado de trabalho, tais como número de filhos, posição no domicílio, arranjo domiciliar e estado civil (RIOS-NETO, 1995 APUD LEME e WAJNMAN, 2003; SEDLACEK e SANTOS, 1991).

Tomando apenas a população na faixa etária intermediária, 20 a 59 anos, os principais pontos são: a) a maior taxa de atividade acontece para as mulheres sem filhos, enquanto, para os homens, o valor mais alto é dos que possuem dois filhos. Observa-se também que quanto maior o número de filhos menor a taxa de atividade feminina; b) quando se considera a existência de filhos com até seis anos de idade, a taxa de atividade feminina é menor ainda e o impacto negativo do aumento do número de filhos pequenos é mais acentuado. O inverso ocorre para os homens: quanto maior a quantidade de filhos pequenos maior a sua participação no mercado de trabalho; c) considerando a relação com o chefe no domicílio, as filhas possuem maior participação no mercado de trabalho; para os homens, a taxa maior é dos cônjuges ou companheiros; d) a taxa de atividade das desquitadas é bastante alta; e) mulheres chefes de domicílio com filhos e/ou agregados possuem as taxas de participação no mercado de trabalho mais altas, enquanto, entre os homens, a maior participação encontra-se nos arranjos tradicionais, casais com filhos.

Tabela 1 - Taxa de atividade por sexo e características demográficas selecionadas - Minas Gerais - 2011 - (%)

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS DE IDADE		POPULAÇÃO COM 20 A 59 ANOS DE IDADE	
	homem	mulher	homem	mulher
Cor/raça				
Branca	65,6	41,0	85,6	55,4
Preta	66,6	41,2	84,2	53,7
Parda	63,1	38,6	84,8	52,9
Número de filhos no domicílio				
Sem filhos	63,5	37,0	83,3	55,9
Um filho	68,6	42,2	85,9	54,5
Dois filhos	66,1	41,5	86,4	54,0
Três ou mais filhos	59,2	37,8	83,8	52,2
Número de filhos no domicílio com até 6 anos de idade				
Sem filhos de até seis anos	61,9	40,6	82,8	56,7
Um filho de até seis anos	76,9	38,6	93,9	46,9
Dois filhos de até seis anos	78,7	31,7	94,1	37,5
Três ou mais filhos de até seis anos	83,4	23,2	96,0	26,0
Relação com o chefe do domicílio				
Pessoa responsável	76,3	40,8	88,8	55,3
Cônjuge/companheiro(a)	79,7	42,9	89,3	47,7
Filho(a)/enteado(a)	48,9	37,3	77,8	65,0
Outros	51,8	34,4	78,0	59,0
Estado civil ⁽¹⁾				
Casado(a)	77,5	41,5	89,2	47,1
Desquitado(a)/divorciado(a)	73,1	60,0	84,3	68,9
Viúvo(a)	28,5	15,4	73,1	39,1
Solteiro(a)	66,3	48,4	81,2	61,3
Arranjo domiciliar				
Pessoa sozinha	63,4	29,5	82,8	58,6
Casal sem filhos	65,1	40,3	86,5	53,1
Casal com filhos	68,2	39,8	88,1	50,5
Casal com filhos e outros	61,7	38,7	84,2	52,2
Casal com outros	50,2	28,2	79,8	45,4
Chefe com filhos	56,8	44,6	79,4	62,3
Chefe com filhos e outros	55,3	41,6	75,0	60,2
Chefe com outros	65,0	40,9	79,5	63,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Na PAD-MG o estado civil foi perguntando apenas para as pessoas acima de 14 anos.

3 OCUPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO E GÊNERO

A População Economicamente Ativa (PEA) é dividida em população ocupada – efetivamente trabalhando – e desocupada – em busca de trabalho. Em Minas Gerais, em 2011, do total da PEA masculina, 5.139 mil homens eram ocupados e 185 mil desocupados, o que resultou em uma taxa de desocupação – porcentagem de desocupados sobre a PEA – de 3,5%. No caso das mulheres, a população ocupada foi de aproximadamente 3.237 mil e a desocupada, 211 mil. A taxa de desocupação foi quase o dobro da masculina, de 6,1% (tabela 2). Esse diferencial da taxa de desemprego entre os sexos é um fenômeno que não ocorre apenas em Minas Gerais, mas no Brasil e em diversos outros países. Segundo Lavinias (2000), a taxa de desemprego feminina ultrapassou a masculina no final da década de 90. Esse aumento está associado com o crescimento da taxa de atividade das mulheres e a maior disputa de empregos entre os sexos em setores mais favoráveis às mulheres, como o de serviços.

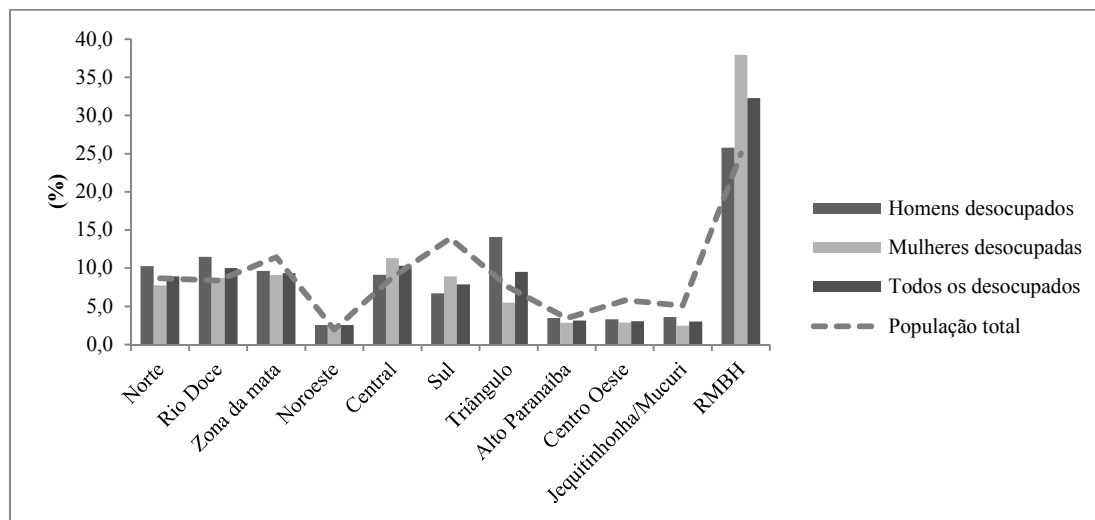
Tabela 2 - População de dez anos ou mais de idade ocupada, desocupada e taxa de desocupação por sexo - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	OCUPADOS	DESOCUPADOS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Total	8 376 738	396 311	4,5
Homens	5 139 387	184 980	3,5
Mulheres	3 237 351	211 331	6,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A análise da distribuição da população desocupada por Região de Planejamento (gráfico 8) mostra que praticamente um terço estava localizada na RMBH (32,3%). Nota-se que, de acordo com a distribuição da população acima de dez anos, apenas 25% dos mineiros residiam na RMBH. A análise por sexo mostrou que, no caso dos homens, não existiam grandes diferenças entre a distribuição dos desocupados (25,8%) e a dos residentes nessa região (24,5%). Porém, chama atenção a diferença encontrada para população feminina: 37,9% das desocupadas estão na RMBH, região que abriga 25,5% da população de mulheres mineiras acima de dez anos. Seguindo o mesmo tipo de análise, em contraposição, destaca-se que, em termos de valores percentuais, a região Sul apresentou proporção menor de desocupados (7,9%), se comparada à distribuição da população total acima de dez anos (13,9%). Esse comportamento foi observado tanto para as mulheres (8,9% contra 13,5%) como para os homens (6,7% contra 14,4%). As regiões Zona da Mata, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Jequitinhonha/Mucuri também apresentaram esse mesmo comportamento.

Gráfico 8 - Distribuição da população de dez anos ou mais de idade total e desocupada por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011



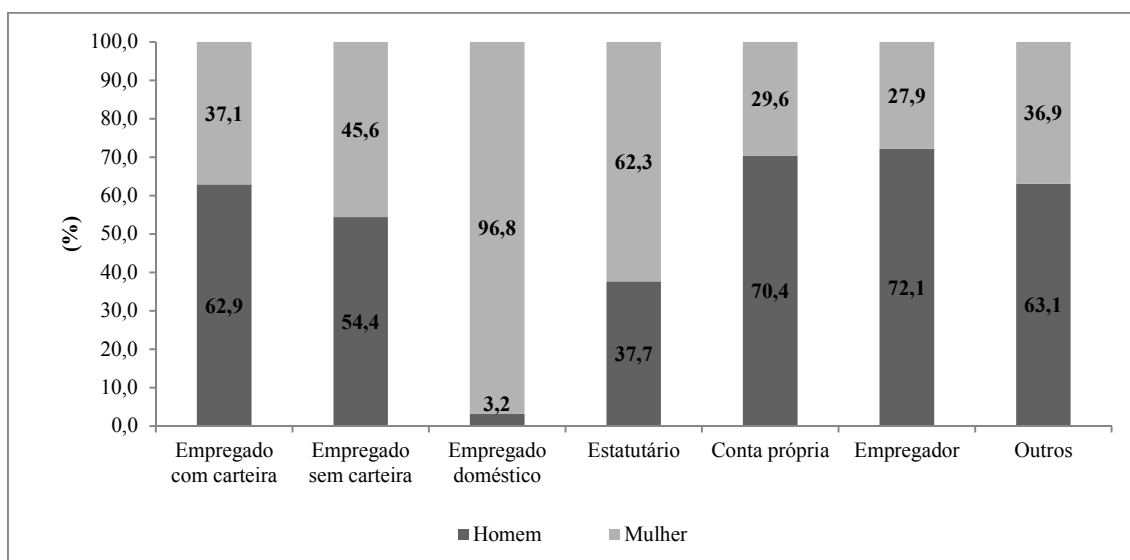
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Com relação à população ocupada, observa-se também a forma diferenciada com que homens e mulheres se inserem nas diferentes ocupações, além da desigualdade de rendimentos, bem menor para elas.

Nesse contexto, é necessário saber como se dá a inserção de homens e mulheres nas diferentes posições ocupacionais e verificar a tendência de ambos trabalharem em ocupações diferentes. A distribuição por sexo em cada posição na ocupação (gráfico 9) mostra que os homens são maioria em praticamente todas as posições, com exceção do

grupo empregado doméstico e estatutário. Alguns pontos, porém, merecem destaque. A participação maior de homens se dá no grupo dos empregadores (72,1%), caracterizado pelas pessoas que trabalham no próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Em seguida vem a ocupação de trabalhador por conta própria (70,4%) – pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado. Já para as mulheres, a participação maior se dá na categoria empregado doméstico, 96,8%. Pode-se dizer, portanto, que essa ocupação é predominantemente feminina. Em seguida aparece a categoria estatutário, com 62,3% de mulheres. Destaca-se também a ocupação empregado sem carteira. Apesar da maior participação de homens, o percentual de mulheres também é expressivo, 45,6%. Na categoria outros se encontram os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado e outro trabalhador remunerado. Na desagregação dessa categoria destaca-se o alto percentual de mulheres não remuneradas membro da unidade domiciliar (51,8%).

Gráfico 9 - Distribuição de homens e mulheres ocupados com dez anos ou mais de idade por grupo de ocupação - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Outra forma de ver as diferenças de inserção ocupacional é conhecer como mulheres e homens se distribuem entre as ocupações (tabela 3). Em Minas Gerais, do total de mulheres ocupadas com dez anos ou mais de idade, quase a metade, 44,3%, são empregadas com carteira assinada. A segunda ocupação com maior peso relativo para as mulheres é conta própria, com 18,7% das mulheres ocupadas. Essas ocupações também são as mais representativas para os homens, com peso maior, porém, que para as mulheres: 47,4% e 28,1% respectivamente. Outro ponto de destaque é o maior peso que as categorias empregado sem carteira assinada, empregado doméstico e estatutário possuem para as mulheres vis a vis os homens.

A análise por posição na ocupação mostra que ainda existe uma diferença entre as posições ocupacionais de homens e mulheres. Na população feminina, é maior o percentual de empregados sem carteira assinada, empregado doméstico ou trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Tais ocupações apresentam nível de precariedade maior ou são menos valorizadas no mercado de trabalho.

Considerando a distribuição ocupacional por região de planejamento para homens e mulheres (tabela 3), observa-se que ela é bastante semelhante ao encontrado para Minas Gerais. Em todas as regiões há uma maior proporção de mulheres sem carteira assinada, empregadas domésticas e estatutárias, em comparação com os homens e, por outro lado, uma proporção maior de homens empregados com carteira assinada e trabalhando por conta própria em relação às mulheres. Algumas diferenças regionais para cada sexo, todavia, merecem ser destacadas

No caso dos homens os principais diferenciais regionais encontrados são: a) as regiões Triângulo e RMBH são as que possuem o maior percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, enquanto que Norte e Jequitinhonha/Mucuri possuem o menor percentual; b) no Jequitinhonha/Mucuri e no Rio Doce é maior o percentual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e c) as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri possuem o maior percentual de homens na ocupação por conta própria. No caso das mulheres, as principais diferenças entre as regiões são: a) as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte possuem maior percentual de mulheres empregadas sem carteira assinada; b) na região Norte sobressai a participação das mulheres que trabalham por conta própria e c) na região Noroeste é alta a porcentagem de trabalhadoras domésticas e estatutárias em relação às outras regiões.

Tabela 3- Distribuição dos grupos ocupacionais para a população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)

ESPECIFICAÇÃO	EMPREGADO COM CARTEIRA	EMPREGADO SEM CARTEIRA	EMPREGADO DOMÉSTICO	ESTATUTÁRIO	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	OUTROS
Homem							
Minas Gerais	47,4	12,0	0,1	1,8	28,1	1,4	9,2
Norte	28,3	16,6	0,2	1,8	39,5	0,4	13,3
Rio Doce	40,5	18,5	0,4	1,9	29,5	1,5	7,8
Zona da mata	40,1	15,1	0,0	1,6	29,0	2,2	12,0
Noroeste	42,9	11,0	0,1	2,1	27,8	1,4	14,6
Central	48,1	9,3	0,1	2,2	29,8	1,7	8,9
Sul	49,1	10,9	0,0	1,0	29,1	1,0	8,7
Triângulo	57,9	12,5	0,2	1,6	21,9	1,5	4,4
Alto Paranaíba	48,3	8,1	0,1	0,9	27,5	3,3	11,9
Centro Oeste	49,1	13,5	0,1	1,7	28,4	1,1	6,0
Jequitinhonha/Mucuri	25,0	18,5	0,7	1,1	33,7	1,1	19,9
RMBH	58,7	7,5	0,1	2,4	23,0	1,3	7,1
Mulher							
Minas Gerais	44,3	15,9	7,0	4,6	18,7	0,9	8,6
Norte	21,5	25,5	7,4	4,8	26,6	0,5	13,7
Rio Doce	36,0	21,9	8,1	5,1	21,8	1,3	5,8
Zona da mata	41,0	16,1	4,3	5,2	17,9	1,3	14,2
Noroeste	26,6	20,5	12,1	10,5	19,4	1,2	9,7
Central	41,8	14,0	8,0	5,2	20,3	1,3	9,3
Sul	48,4	14,9	6,4	4,0	17,8	0,6	7,8
Triângulo	52,7	14,9	8,1	5,4	14,5	0,9	3,5
Alto Paranaíba	43,8	17,4	5,6	1,9	19,0	2,6	9,7
Centro Oeste	46,8	15,2	6,0	4,6	22,5	0,2	4,7
Jequitinhonha/Mucuri	24,9	29,3	9,3	5,0	16,0	0,3	15,1
RMBH	53,3	11,2	7,1	4,0	16,9	0,6	6,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

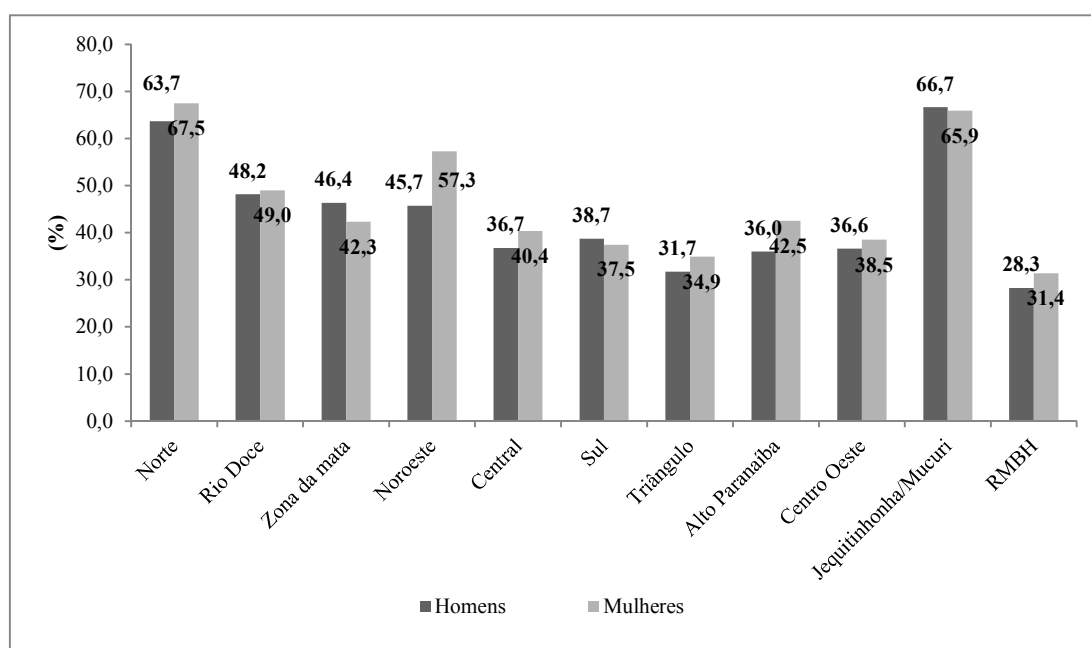
Outra questão importante para a caracterização geral das relações de trabalho no contexto das relações de mercado é a informalidade do trabalho. Informalidade, em termos bastante gerais, diz respeito a atividades econômicas não norteadas por

disposições formais ou que não operam em conformidade com a legislação vigente. Neste artigo, considera-se como trabalhadores informais o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada nos setores privado e público, empregada doméstica mensalista sem carteira assinada, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador por conta própria que não contribui para a previdência social, empregador que não recolhe o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e trabalhador cooperativo.

Em Minas Gerais, 40,6% dos trabalhadores com mais de 10 anos de idade são informais. Um número expressivo de indivíduos encontra-se em situações de trabalho informais e, por isso, muitas vezes precárias. Entre homens, esse percentual corresponde a 40,3%; entre mulheres, a 41,1%.

Nota-se que os trabalhadores informais são maiores nas regiões de planejamento com menor dinamismo econômico, como a região Norte, onde 63,7% dos trabalhadores e 67,5% das trabalhadoras são informais, e a Jequitinhonha/Mucuri, com 66,7% deles e 65,9% delas desempenhando atividades informais. As menores concentrações de informais entre as mulheres em comparação com os homens estão na Zona da Mata, no Sul e na Jequitinhonha/Mucuri (gráfico 10). A Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta o menor percentual de trabalhadores informais, 28,3% dos trabalhadores e 31,4% das trabalhadoras.

Gráfico 10 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011

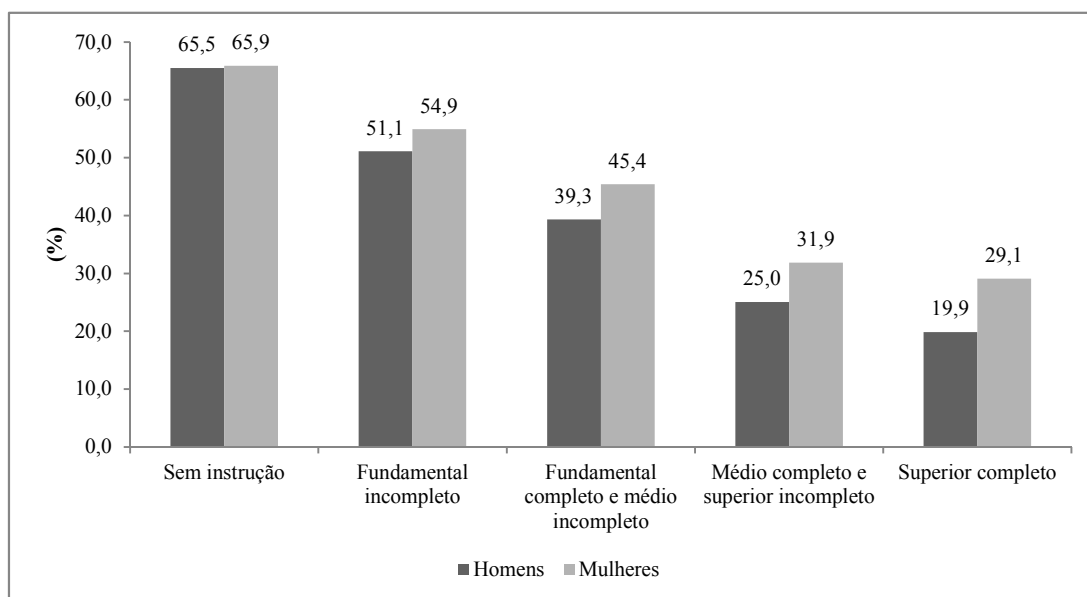


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

A concentração percentual da informalidade nas relações de trabalho decresce com o incremento do nível de instrução dos trabalhadores, tanto entre homens quanto entre mulheres. Por outro lado, o percentual de mulheres informais é superior ao de homens em todos os níveis de instrução. A diferença entre os percentuais de informalidade de trabalhadores e trabalhadoras é maior entre indivíduos com escolaridade mais avançada. Se entre trabalhadores sem instrução formal quase não existem

diferenças entre informalidade de homens e mulheres (65,5% e 65,9% respectivamente), entre trabalhadores com escolaridade superior, tais diferenças são mais importantes. Enquanto 29,1% das trabalhadoras com nível superior são informais, 19,9% dos trabalhadores têm esse tipo de vinculação de trabalho. Se informalidade das relações de trabalho encontra-se associada à precariedade do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades, o incremento do nível educacional dos trabalhadores pode ser fator de proteção de suas condições no mercado, mesmo que se mantenham (ou até aumentem) as diferenças entre homens e mulheres (gráfico 11).

Gráfico 11 - Porcentagem dos trabalhadores informais de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Quando se analisa as relações de gênero no mercado de trabalho chama atenção a categoria empregado doméstico que é tipicamente feminina (as mulheres representam 96,8% desses trabalhadores). Os serviços dos empregados domésticos são considerados imprescindíveis para parte considerável das famílias, sejam de áreas urbanas ou rurais, por permitir a redução da sobrecarga do trabalho de casa e a participação de mulheres, especialmente para as que têm filhos menores, no mercado de trabalho (SANTANA et al, 2003). Se de um lado, existem pessoas que necessitam dessas tarefas de cuidado e manutenção das famílias, de outro, estão na maioria das vezes mulheres pobres, que reproduzem um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor (BRITES, 2007).

Em 2011, as maiores proporções de trabalhadoras domésticas estavam na RMBH. A região abrigava 25,5% da população feminina acima de dez anos, e lá residiam 28,4% do total das domésticas. A fim de observar as diferenças entre as diversas regiões de planejamento, foi analisada a distribuição das trabalhadoras por tipo de vínculo em cada região (tabela 4). Na análise, chama a atenção o fato de as domésticas mensalistas sem carteira assinada representarem mais da metade dessas trabalhadoras no Norte e Jequitinhonha/Mucuri (58,3% e 55,6% respectivamente).

Tabela 4 - Distribuição das mulheres com dez anos ou mais de idade trabalhadoras domésticas por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011 - (%)

ESPECIFICAÇÃO	MENSALISTA COM CARTEIRA	MENSALISTA SEM CARTEIRA	DIARISTA
Norte	12,9	58,3	28,8
Rio Doce	23,5	29,1	47,4
Zona da mata	36,0	8,8	55,2
Noroeste	5,4	32,5	62,1
Central	14,5	30,1	55,4
Sul	32,6	35,3	32,2
Triângulo	18,1	11,9	70,0
Alto Paranaíba	30,5	16,2	53,4
Centro Oeste	15,4	29,2	55,4
Jequitinhonha/Mucuri	5,6	55,6	38,7
RMBH	22,5	24,0	53,5
Minas Gerais	21,4	29,0	49,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

No que tange às desigualdades salariais, as mulheres, apesar de possuírem maior escolaridade, possuem salários médios menores em todas as posições ocupacionais, exceto empregado doméstico, que, praticamente não há homens nesse grupo.

As mulheres ocupadas recebem em média 27% a menos que os homens. A maior diferença salarial é encontrada na posição “conta própria”; a menor, na posição “outros” seguida de “empregados sem carteira de trabalho assinada”. Por outro lado, a escolaridade das mulheres, um dos principais determinantes da renda do trabalho, é maior que a dos homens em todas as posições ocupacionais. Outro fator que afeta a renda do trabalho é o número de horas trabalhadas. Sua média na semana é menor para as mulheres quando comparada à média masculina. Mesmo o rendimento/hora médio (rendimento do trabalho principal dividido pelo número de horas trabalhadas na semana) é menor para as mulheres (tabela 5).

Tabela 5 - Rendimento médio do trabalho principal, anos médio de estudo, média de horas trabalhada e média do rendimento hora da população ocupada de dez anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação (1) - Minas Gerais - 2011

ESPECIFICAÇÃO	RENDIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL MÉDIO (R\$1,00)		% DO RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO DOS HOMENS	ANOS MÉDIO DE ESTUDO		MÉDIA DE HORAS TRABALHADA		RENDIMENTO DIVIDIDO POR HORAS TRABALHADAS (R\$1,00)	
	homem	mulher		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Total	1.215,86	887,99	73,03	7,4	9,1	42,4	37,5	30,57	25,47
Empregado com carteira	1.192,13	911,07	76,42	8,2	9,8	43,1	40,8	29,39	24,10
Empregado sem carteira	1.042,26	842,78	80,86	7,1	9,7	41,4	35,7	26,32	24,43
Empregado doméstico	434,35	566,49	130,42	4,8	5,8	38,5	34,2	14,61	16,57
Estatutário	2.292,12	1.524,22	66,50	11,6	13,2	38,6	31,6	62,83	49,73
Conta própria	1.339,90	869,88	64,92	6,3	7,9	43,0	36,2	33,27	27,47
Empregador	3.042,25	2.199,78	72,31	9,6	11,0	46,4	39,3	87,81	68,03
Outros	754,73	635,25	84,17	5,7	7,4	38,6	32,2	20,46	19,73

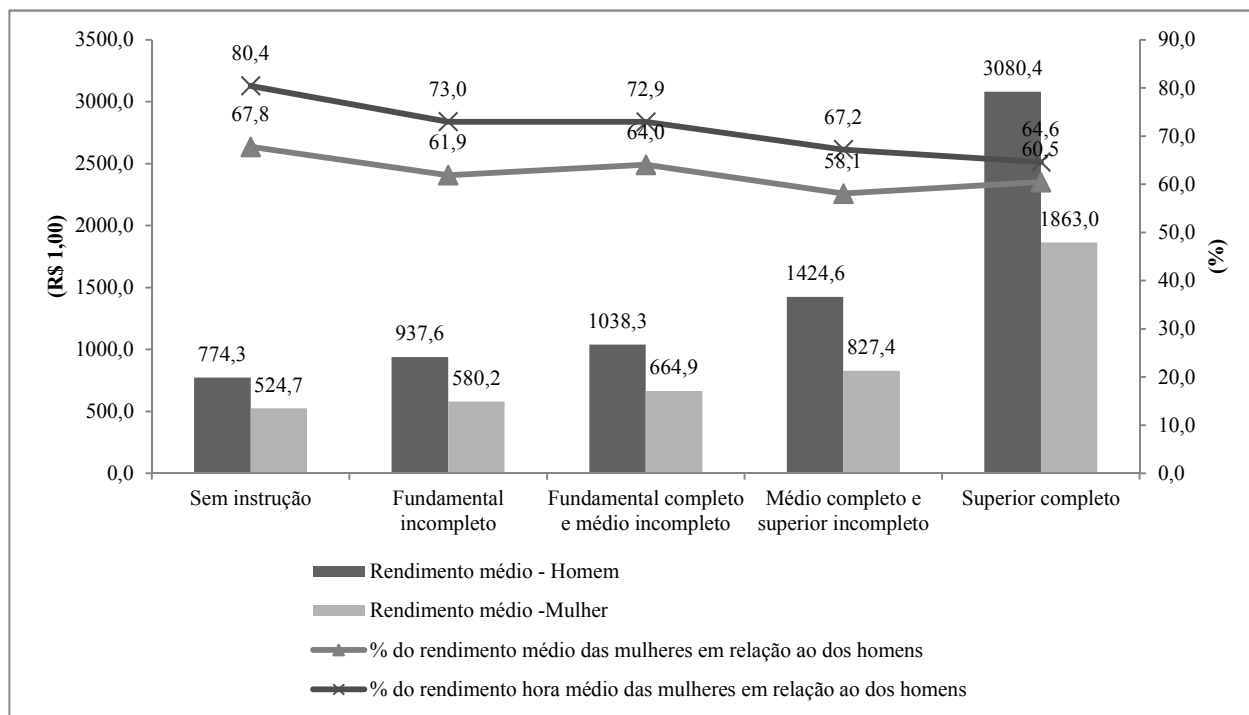
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

O rendimento médio das mulheres no trabalho principal é inferior ao dos homens independentemente do nível de escolaridade (gráfico 12). Percebe-se um aumento dessa diferença de rendimento entre os sexos, no entanto, com o aumento da escolaridade. As

mulheres sem instrução recebem, em média, 32,2% a menos que os homens em situação idêntica. Já as mulheres com curso superior completo ganham 39,5% a menos que os homens desse mesmo grupo. Esse padrão se verifica mesmo quando se considera a proporção do rendimento por hora das mulheres em relação ao dos homens.

Gráfico 12 - Rendimento médio do trabalho principal (1) das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e nível de instrução - Minas Gerais - 2011

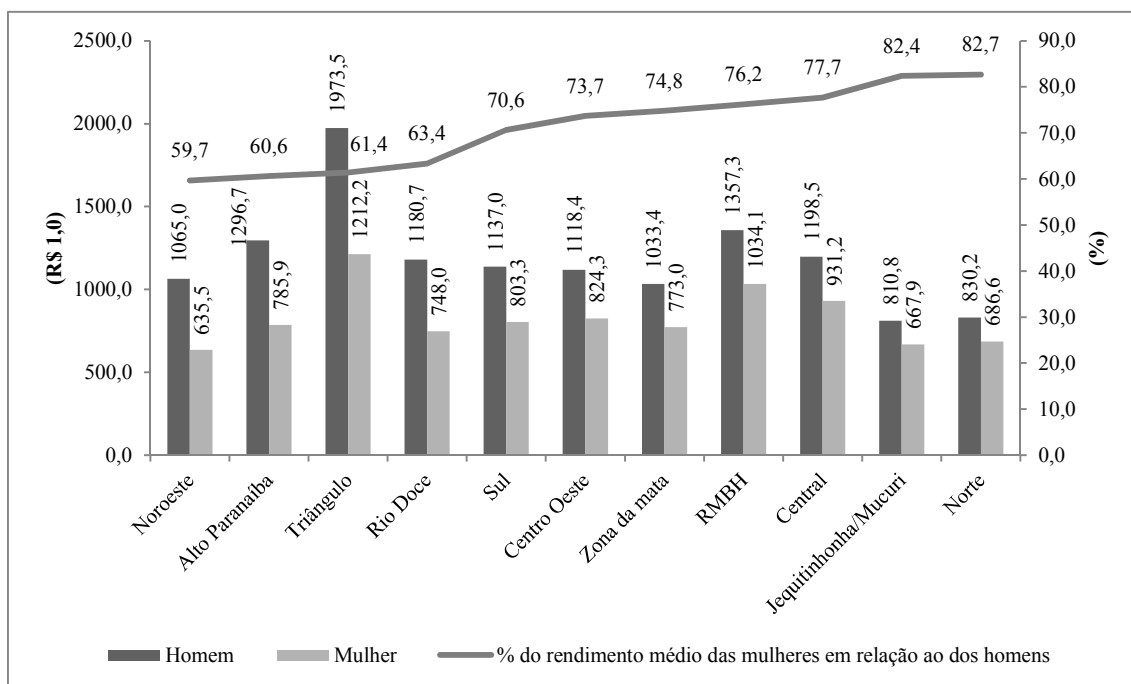


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

Por meio do gráfico 13, percebe-se que apesar das mulheres possuírem rendimento médio menor que dos homens em todas as regiões de planejamento, a desigualdade salarial é bem mais acentuada nas regiões Noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo. Por outro lado, as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri são as que apresentam as menores desigualdades.

Gráfico 13 - Rendimento médio do trabalho principal (1) das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e por região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)
 (1) Não considera as pessoas com rendimento do trabalho principal nulo.

4. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E TEMPO

A diferença entre homens e mulheres do tempo despendido em trabalho reprodutivo, ou seja, em afazeres domésticos, é uma questão importante quando se analisa as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Tal fato ocorre porque ainda é a mulher a principal responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, conforme pode ser visto na tabela 6. Em Minas Gerais, em 2011, o tempo médio das mulheres gasto em afazeres domésticos por semana era mais que o dobro do tempo dos homens, 23,6 horas contra 9,8 horas. Mesmo entre a população ocupada com mais de dez anos de idade, o tempo gasto pela mulher com afazeres domésticos é bem maior que o do homem.

Segundo Bruschini (2007), a persistência da responsabilidade das mulheres pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos revela a permanência das condições de desigualdade entre homens e mulheres.

Tabela 6 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade - Minas Gerais - 2011

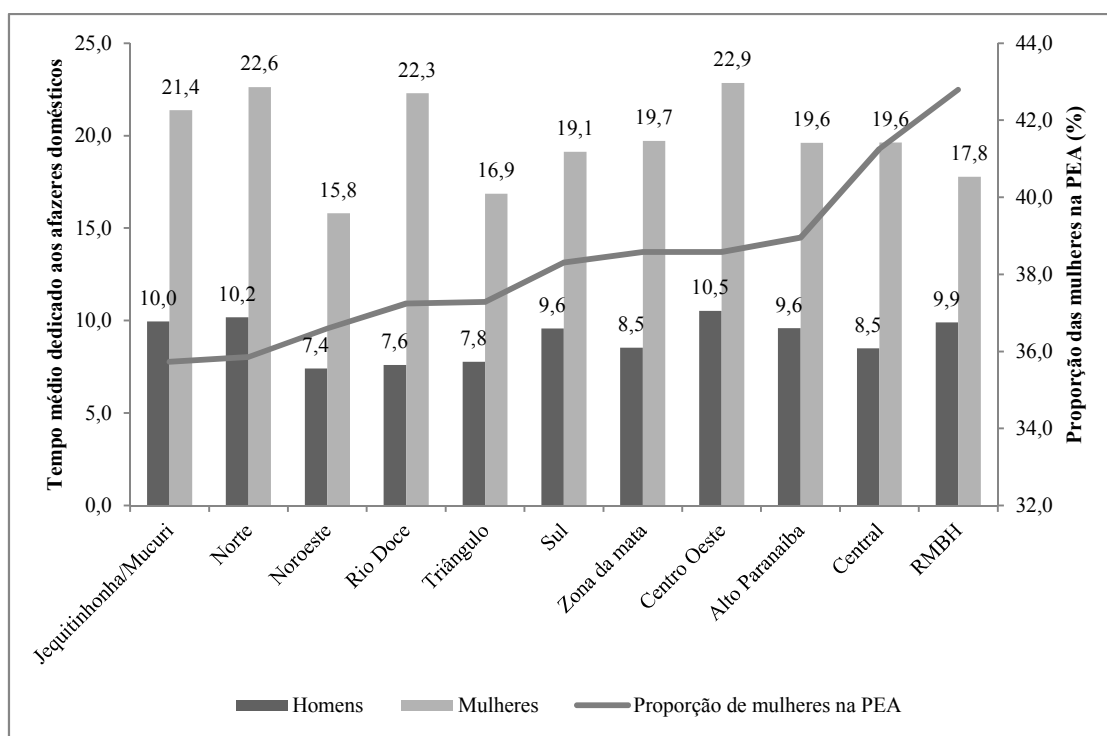
ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		INATIVO	TOTAL
	ocupado	desocupado		
Homem	9,2	11,0	10,7	9,8
Mulher	19,5	23,4	26,4	23,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O tempo médio gasto pelas mulheres ocupadas em afazeres domésticos varia entre as regiões de planejamento conforme pode ser visto no gráfico 14. No caso dos homens, a diferença regional é bem menor. Nas regiões Centro-Oeste, Rio Doce, Norte e

Jequitinhonha/Mucuri, as mulheres ocupadas passam mais tempo em afazeres domésticos. Nas regiões Noroeste e RMBH, o tempo gasto é menor. Nota-se que mesmo quando as mulheres estão no mercado de trabalho, como ocupadas ou desocupadas, elas tem uma dedicação maior aos afazeres domésticos que os homens em qualquer situação ocupacional.

Gráfico 14 - Tempo médio gasto em afazeres domésticos na semana das pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade por sexo e condição de atividade segundo região de planejamento e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Minas Gerais - 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

O maior tempo gasto pelas mulheres, ativas ou inativas, com as atividades domésticas mostra como as normas culturais da divisão social do trabalho ainda são bastante acentuadas em Minas Gerais. Essas normas, que atribuem à população feminina as maiores responsabilidades no cuidado da casa e dos filhos, trazem impactos negativos para a mulher quando se analisam detalhes da divisão dos gêneros no mercado de trabalho, como menor taxa de atividade e menores salários, mesmo as mulheres tendo nível educacional maior, menor número de horas dedicadas ao trabalho, ocupação em posições de menor prestígio e sobrecarga ao dividir seu tempo entre trabalho e cuidados da casa.

5 CONCLUSÃO

Em um mundo no qual o trabalho é essencial para a inclusão dos indivíduos na sociedade, principalmente em relação à sua emancipação econômica, homens e mulheres vivenciam diferenciada no âmbito das atividades produtivas. A desigualdade de gênero no mundo do trabalho pode ocorrer de diferentes formas: desigualdade de inserção no mercado de trabalho; desigualdade na forma de inserção (segregação ocupacional, trabalho formal e informal); desigualdade de rendimentos e desigualdade no tempo despendido entre trabalho para o mercado (produtivo) e trabalho para reprodução

social (reprodutivo). Por meio dos dados da PAD-MG, verifica-se a existência dessas diversas formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho mineiro em 2011.

As mulheres ainda possuem taxa de atividade bem menor que a dos homens, apesar de ter aumentado nas últimas décadas como mostram dados obtidos por séries históricas. Em 2011, em Minas Gerais, 39,9% das mulheres com mais de dez anos de idade pertenciam à força de trabalho; para os homens, esse percentual foi de 64,6%. As menores taxas de participação feminina estão nas regiões do Jequitinhonha/Mucuri (29,7%), Rio Doce (31,1%) e Norte (38,6%). Por outro lado, RMBH e Alto Paranaíba apresentam as maiores taxas, 44,5% e 43,1% respectivamente.

Percebe-se também um comportamento diferenciado da taxa de atividade entre a população feminina e masculina quanto à escolaridade. Ela aumenta com a escolaridade para ambos os sexos. O aumento é mais acentuado, porém, para as mulheres, de tal forma que a desigualdade na participação no mercado de trabalho entre os sexos diminui com o aumento da escolaridade. Entre as mulheres sem instrução, apenas 12,5% estão na força de trabalho. Para os homens esse valor é de 44,3%. Por outro lado, 75% das mulheres com curso superior completo estão na força de trabalho. No caso dos homens, é de 84%. De maneira semelhante ao que ocorre em relação à escolaridade, quanto menor a renda domiciliar per capita menor a participação no mercado de trabalho de homens e mulheres, mas, maior a diferença entre os sexos.

Um ponto importante que deve ser destacado é a desigualdade entre homens e mulheres no que concerne aos rendimentos do trabalho. Apesar de possuírem maior nível educacional, as mulheres têm rendimento médio bem menor que os homens. Em média, as trabalhadoras recebem 27% a menos que os homens. Chama atenção o fato de a desigualdade salarial entre os sexos aumentar com a escolaridade. As mulheres sem instrução recebem, em média, 32,2% a menos que os homens na mesma situação. Já as mulheres com superior completo ganham 39,5% a menos que os homens desse mesmo grupo.

A desigualdade entre homens e mulheres no tempo gasto em afazeres domésticos também é importante quando se analisam as relações de gênero no mercado de trabalho. Independentemente da condição de atividade, as mulheres gastam, em média, mais que o dobro do tempo em afazeres domésticos que os homens. Considerando a população em idade ativa (com mais de dez anos de idade), o tempo médio despendido por elas com o cuidado da casa é de 23,6 horas semanais. Os homens gastam 9,8 horas em média. Essa diferença diminui quando se considera apenas a população ocupada, porém ainda é grande. Nesse caso, as mulheres ocupadas gastam, em média, 19,5 horas semanais; os homens, 9,2 horas. Nota-se que, entre as mulheres inativas na faixa etária de 20 a 59 anos, a principal situação é de cuidadora da casa: 73% declararam ter se ocupado de afazeres domésticos nos últimos sete dias. Para os homens, esse valor foi de 3,3%.

Percebe-se que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode ser, em grande medida, atribuída aos diferentes papéis que homens e mulheres ocupam na sociedade. As mulheres, maiores responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, estão sujeitas à participação menor no mercado de trabalho. Somado a isso, aquelas que participam da força de trabalho recebem uma remuneração menor que a dos homens e possuem maior sobrecarga de trabalho. Além de exercer atividade econômica, exercem também as atividades domésticas em casa. A sobrecarga de trabalho seria menor se os

afazeres domésticos fossem compartilhados de forma mais igualitária entre os membros do domicílio.

6 REFERÊNCIAS

- BORJAS, G.J. **Labor Economics**, New York: McGraw-Hill Companies. Capítulos 2 e 3. 1996.
- BRITES, J. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. *Cad. Pagu*, , n.29, p.91-109, 2007.
- BRUSCHINI, M. C. A. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- DEGRAFF, D. S. e ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINNELLI, A. (Org.) **Gênero nos estudos de população**. Demographicas, vol. 2. Campinas: ABEP. 2004.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2011. **Indicadores básicos/Documento metodológico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, ano 1, n. 3, jun. 2012
- LAM, D. **Generating Extreme Inequality: schooling, earnings and intergenerational transmission of human capital in South Africa and Brazil**. mimeo. Abril de 1999.
- LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- LEME, M. A. S. e WAJNMAN, S. efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN,S. e MACHADO, A. F. (Orgs) **Mercado de trabalho: Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.
- RIOS-NETO, E. L. G.; MARTINE, G., ALVES, J. E. D. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas** - Demografia em Debate - Volume 3, ABEP, UNFPA, CNPD, Belo Horizonte, 2009. p.26.
- SANTANA, V. S., AMORIM, A. M., OLIVERA, R., XAVIER, S., IRIART, J. BELITARDO, L. **Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais**. *Rev. Saúde Pública*, v.37, n.1, p.65-74, 2003.
- SEDLACEK, G.; SANTOS, E. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho com estratégia de geração de renda familiar**. Texto para discussão, IPEA, Brasília, n 209, p. 7-23, fev. 1991.